

CFM realiza reunião para criar a área de atuação em cardiointensivismo

■

O Conselho Federal de Medicina (CFM) realizou, nesta quarta-feira (7), reunião com representantes da Associação Médica Brasileira (AMB), da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) para tratar da tramitação final sobre o reconhecimento do cardiointensivismo como área de atuação médica no Brasil.

O encontro teve como objetivo alinhar entendimentos entre as entidades envolvidas, esclarecer eventuais dúvidas sobre o processo e reafirmar que a criação da área de atuação já foi aprovada pela Comissão Mista de Especialidades (CME), restando como etapa final a aprovação, pelo plenário do CFM, da resolução que vai criar a área de atuação.

O presidente do CFM, Hiran Gallo, destaca que o Conselho tem atuado com responsabilidade e segurança institucional ao longo de todo o processo. “O CFM conduz esse tema com absoluto respeito à ética, à legalidade e aos trâmites institucionais. A aprovação do cardiointensivismo está consolidada, e trabalhamos para que a publicação da resolução ocorra de forma técnica e segura, em benefício da boa prática médica e da assistência aos pacientes”, afirmou.

O segundo-secretário do CFM, Estevam Rivello, falou sobre a importância do diálogo entre as entidades para evitar ruídos e garantir unidade de entendimento. “Essa reunião foi fundamental para alinhar informações, esclarecer o estágio atual da tramitação e reforçar que há convergência entre o CFM, a AMB e as sociedades médicas envolvidas. O objetivo sempre foi assegurar transparência e segurança jurídica para os profissionais”, ressaltou.

Durante a reunião, representantes das sociedades médicas enfatizaram que a formalização da área de atuação é essencial para regularizar a situação de médicos que já exercem atividades em cardiointensivismo, além de permitir o avanço dos programas de formação e a publicação de editais de reconhecimento profissional.

O presidente da AMIB, Cristiano Franke, avaliou o encontro como positivo e esclarecedor. “Foi uma reunião muito importante para reafirmar a parceria entre as entidades e confirmar que o Cardiointensivismo está aprovado. Agora, aguardamos a publicação da resolução para dar sequência às próximas etapas, como o reconhecimento dos profissionais e a transição adequada dos programas de formação”, afirmou.

O presidente da SBC, Sérgio Tavares Montenegro, reafirmou o entendimento entre as partes: “Do ponto de vista da Cardiologia, eu não conheço nenhum ruído. Estamos prontos para os próximos passos”.

“O trâmite a ser seguido após a publicação da resolução do CFM será a titulação dos primeiros cardiointensivistas, conforme definido em edital”, César Eduardo Fernandes, presidente da AMB.

Também participaram da reunião os conselheiros federais Emmanuel Fortes, 1º vice-presidente do CFM; Hideraldo Cabeça, 1º secretário do CFM; Eduardo Monteiro, conselheiro federal pelo Amapá; e José Eduardo Lutaif Dolci, conselheiro federal pela AMB. Pela SBC, Renault Ribeiro e Daniel Galelli. E pela AMIB, Patrícia Mello e Marcelo Maia.

Ao final, os participantes destacaram o compromisso conjunto de concluir o processo nos próximos meses, permitindo que o cardiointensivismo seja oficialmente consolidado como área de atuação médica no Brasil.

Câmara Técnica de Acupuntura discute impactos da legislação e reforça papel do especialista

Na tarde desta terça-feira (7), integrantes da Câmara Técnica (CT) de Acupuntura do Conselho Federal de Medicina (CFM) se reuniram para debater a tramitação do Projeto de Lei nº 5.983/2019, que trata da regulamentação da acupuntura no país, e avaliar possíveis impactos para a prática médica, a formação profissional e a segurança do paciente.

Os integrantes da Câmara Técnica reforçaram que o diagnóstico médico é indispensável antes da indicação da acupuntura. Avaliação clínica, exame físico e, quando necessário, exames complementares, permitem identificar a origem dos sintomas e evitam que doenças mais graves sejam negligenciadas.

O CFM, por meio da Câmara Técnica de Acupuntura, seguirá acompanhando o debate legislativo e articulará ações no âmbito técnico e jurídico para assegurar que a acupuntura permaneça inserida no campo da medicina, com base científica e foco na segurança do paciente.

Para o conselheiro federal e coordenador da Câmara Técnica, Carlos Magno Pretti Dalapicola, o momento exige atenção. “A acupuntura, quando integrada ao raciocínio clínico do médico, garante avaliação adequada, diagnóstico diferencial e conduta segura para o paciente”, afirmou.

Formação e regulamentação - O grupo discutiu ainda o cenário de formação em acupuntura e manifestou preocupação com cursos sem regulamentação adequada. Para os participantes, a ausência de respaldo clínico e de acompanhamento médico pode trazer riscos assistenciais ao paciente.

Comunicação e esclarecimento - A Câmara Técnica avaliou estratégias para ampliar o esclarecimento da população sobre a acupuntura médica, destacando a importância de diferenciá-la de outras práticas e orientar os pacientes a buscarem profissionais habilitados.

II Webinar de Acupuntura - Os membros da CT também avançaram na definição da programação do II Webinar de Acupuntura do CFM, que deverá reunir representantes de operadoras de saúde, seguradoras, entidades médicas e governo para discutir o cenário atual da acupuntura no Brasil. O evento contará com exposições técnicas, posicionamentos institucionais e espaço para debate.

Também participaram da reunião os conselheiros federais Domingos Sávio Matos Dantas, Emmanuel Fortes e José Hiran Gallo, além de convidados e representantes de áreas técnicas.

Fonte: [Portal CFM](#), em 08.01.2026.